

Notícias

Privacidade

Proteção de Dados

Governance, Risco e Compliance

Inteligência Artificial

Bom dia,

Bem-vindo(a) à newsletter #117 da DPO Consulting, o nosso meio informativo sobre o mundo da Privacidade, Proteção de Dados, *Compliance* e Inteligência Artificial.

Contacte-nos e leve a sua conformidade a outro nível.

Proteja os Dados. Reforce a Confiança. Simplifique a Conformidade.

Nova Lei de Cibersegurança responsabiliza diretamente a gestão das empresas



Contacte a DPO Consulting

A nova Lei da Cibersegurança, que transpõe a Diretiva NIS2 para o ordenamento jurídico português, vem alterar de forma estrutural as obrigações das entidades públicas e privadas em matéria de segurança digital. A partir de abril de 2026, as organizações abrangidas terão de demonstrar uma abordagem efetiva e contínua à gestão do risco cibernético, sob pena de coimas elevadas e sanções relevantes.

Um dos pontos centrais do novo regime é o reforço claro da responsabilidade dos órgãos de gestão. A cibersegurança deixa de ser vista como uma matéria

exclusivamente técnica e passa a integrar o núcleo das responsabilidades estratégicas, com impacto direto ao nível do conselho de administração e do CEO. A ausência de medidas adequadas, de governação interna e de capacidade de resposta a incidentes pode traduzir-se em responsabilidade pessoal.

Para muitas empresas, o desafio não será apenas tecnológico, mas organizacional e jurídico. Será necessária uma estruturação de processos internos robustos, na avaliação contínua de riscos e na criação de mecanismos de governance que assegurem conformidade e resiliência digital, sem comprometer competitividade. A coordenação entre reguladores e entidades supervisionadas será determinante para evitar sobreposições de auditorias e reduzir custos desnecessários.

Prepare a sua organização: A DPO Consulting apoia empresas na adaptação ao novo regime de cibersegurança, através de diagnósticos de conformidade, definição de modelos de governance de cibersegurança e formação executiva orientada para a gestão de topo. Avaliamos a exposição legal e operacional da sua organização e desenhamos um plano de adaptação ajustado aos riscos reais do negócio.

Contacte a DPO Consulting

Cibersegurança e Inteligência Artificial em 2025: Um novo paradigma de risco



Em 2025, a cibersegurança e a inteligência artificial deixaram de evoluir em paralelo e passaram a convergir de forma estrutural. A IA tornou-se simultaneamente um acelerador de ameaças e um pilar central das estratégias de defesa, alterando profundamente a forma como as organizações gerem o risco digital.

Este contexto é reforçado pelo enquadramento regulatório europeu. NIS2, DORA e o AI Act (Regulamento de Inteligência Artificial) exigem governance efetiva, controlo de riscos e envolvimento direto da gestão de topo. A

cibersegurança deixou de ser um tema técnico e passou a ser um tema estratégico.

A DPO Consulting apoia organizações na integração entre cibersegurança e governance de IA, através de diagnósticos de risco, definição de modelos de governance e formação executiva.

Saiba Mais

Caso Georgina: tribunal condena violação da privacidade e impõe indemnização



Um tribunal espanhol condenou uma estação de televisão pela divulgação do passado pessoal de Georgina Rodríguez antes de se tornar figura pública. A decisão considerou que a informação divulgada não tinha interesse público e violava o direito à vida privada.

O caso é relevante do ponto de vista da proteção de dados. A notoriedade posterior não legitima a divulgação retroativa de dados pessoais, sobretudo quando estes dizem respeito à esfera íntima e não são necessários para informar o público. Trata-se de um princípio alinhado com o RGPD, em especial com os critérios da licitude, proporcionalidade e finalidade no tratamento de dados.

A decisão é um aviso claro. Nem tudo o que é mediático é legítimo. A gestão responsável da informação pessoal continua a ser um dever jurídico, também nos meios de comunicação e no espaço digital.

Saiba Mais

Bruxelas aposta na IA e Portugal quer captar investimento



A Comissão Europeia está a acelerar a aposta na inteligência artificial, com programas e metas de investimento ambiciosas até 2030. O objetivo é claro: tornar a Europa competitiva em IA sem abdicar dos seus valores e da proteção de direitos fundamentais.

Em entrevista ao Expresso, Elsa Veloso, CEO da DPO Consulting, defende que a regulação da IA é necessária, mas alerta que a burocracia excessiva pode afastar investimento e travar a inovação. O problema não está nas regras em si, mas na forma como são aplicadas e na falta de literacia das organizações sobre as suas obrigações reais.

Segundo Elsa Veloso, Portugal tem uma oportunidade concreta para captar investimento se se souber posicionar se como um país capaz de aplicar o AI Act de forma pragmática, com foco na governação, na execução e na confiança. A regulação pode ser uma vantagem competitiva. Mal aplicada, será apenas um custo.

[Leia o artigo na íntegra](#)

Partilhe, querendo, a newsletter da DPO Consulting.

Ficamos ao dispor para qualquer esclarecimento que haja por conveniente e voltamos ao contacto na próxima newsletter, com mais novidades e informações de relevo.

Até breve.

Elsa Veloso

CEO da DPO Consulting

DPO Consulting

Avenida da República, nº 18 3º - 1050-191 Lisboa
Rua Eugénio de Castro, 370 – H185 4100-225 Porto

Contacte-nos

A DPO Consulting tratará os seus dados pessoais, nos termos da sua [Política de Privacidade](#) cuja leitura recomendamos.

[Pretendo deixar de receber as newsletters DPO Consulting.](#)
unsubscribe

